26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL E SABERES TRADICIONAIS NO MARACANÃ EM SÃO LUÍS - MA

MEDIATION OF ENVIRONMENTAL INFORMATION AND TRADITIONAL KNOWLEDGE IN MARACANÃ IN SÃO LUÍS - MA

Maurício José Morais Costa – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O estudo analisa a mediação da informação na articulação entre saberes tradicionais e informações ambientais na comunidade do Maracanã, em São Luís, Maranhão, a partir das percepções de mediadores de uma oficina de coleta seletiva realizada no Terreiro de São Jorge Tumajamacê. Entende-se que a informação ambiental circula não apenas em documentos técnicos, mas também em práticas, memórias, oralidades, religiosidades e experiências territoriais. Metodologicamente, trata-se de pesquisa básica, qualitativa, descritiva e exploratória. O *corpus* reuniu observação participante, registros de campo, materiais de divulgação e questionário aplicado a seis mediadores vinculados ao projeto Mata Sagrada: cuidar de quem nos cuida. Os dados foram analisados por frequências simples e análise de conteúdo. Os resultados indicam uma mediação situada, multimodal e culturalmente referenciada, articulando materiais sobre reciclagem, saberes do terreiro, oralidade, recursos audiovisuais, práticas coletivas e valores de matriz africana. Evidenciou-se o terreiro como ambiência informacional, integrando natureza, ancestralidade, identidade e pertencimento territorial. Conclui-se que a mediação ambiental fortalece o protagonismo social, embora dependa de continuidade, participação comunitária, políticas públicas e parcerias institucionais.
Palavras-chave: mediação da informação; informação ambiental; saberes tradicionais; protagonismo social; comunidade do Maracanã.

Abstract: This study analyzes information mediation in the articulation between traditional knowledge and environmental information in the Maracanã community, in São Luís, Maranhão, based on the perceptions of mediators involved in a selective waste collection workshop held at Terreiro de São Jorge Tumajamacê. Environmental information is understood as circulating not only through technical documents, but also through practices, memories, oral traditions, religious expressions, and territorial experiences. Methodologically, this is a basic, qualitative, descriptive, and exploratory study. The *corpus* comprised participant observation, field records, promotional materials, and a questionnaire

administered to six mediators linked to the project Mata Sagrada: cuidar de quem nos cuida. The data were analyzed using simple frequencies and content analysis. The results indicate a situated, multimodal, and culturally referenced mediation process, articulating materials on recycling, terreiro-based knowledge, oral tradition, audiovisual resources, collective practices, and values rooted in African-derived traditions. The terreiro emerged as an informational environment, integrating nature, ancestry, identity, and territorial belonging. The study concludes that environmental mediation strengthens social protagonism, although it depends on continuity, community participation, public policies, and institutional partnerships.
Keywords: information mediation; environmental information; traditional knowledge; social protagonism; Maracanã community.

1 INTRODUÇÃO

A informação ambiental constitui dimensão estratégica para compreender conflitos, riscos, políticas públicas e práticas de cuidado em territórios atravessados por desigualdades socioambientais. No campo da Ciência da Informação, essa informação não se reduz a documentos técnicos, legislações ou relatórios, pois também circula em experiências, memórias, narrativas e saberes produzidos por sujeitos em suas relações cotidianas com a natureza (Tavares; Freire, 2003). Assim, sua mediação exige atenção às condições sociais, culturais e políticas de circulação da informação e sua apropriação pelos sujeitos envolvidos.

No contexto de comunidades tradicionais, a informação ambiental articula-se a modos próprios de conhecer, manejar e significar o território. Saberes sobre plantas, águas, resíduos, festas, religiosidades, práticas agrícolas e memórias coletivas constituem repertórios informacionais que orientam formas de pertencimento e cuidado. No Maracanã, em São Luís, tais saberes são atravessados por vínculos comunitários e por tensões decorrentes da urbanização, da ausência de políticas públicas e de impactos ambientais sobre espaços naturais e culturais em seu cotidiano vivido.

A comunidade do Maracanã localiza-se na zona rural de São Luís, Maranhão, integrando a Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã, unidade de conservação de uso sustentável marcada por rios, brejos, juçarais, buritizais, trilhas, quintais e áreas de convivência comunitária (Rodrigues; Farias Filho, 2022; Santos; Santos, 2011). Historicamente, constitui-se como território de forte pertencimento local, onde relações de parentesco, festas, religiosidade, memória oral, Bumba-meu-boi, Reisados e Festa da Juçara compõem referências centrais da vida social e cultural da comunidade (Araújo, 2012; Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018).

Nessa perspectiva, o estudo parte do seguinte problema de pesquisa: como se configura a mediação da informação na articulação entre saberes tradicionais e informações ambientais

na comunidade do Maracanã, São Luís, Maranhão, a partir das percepções dos mediadores? A questão desloca o foco da simples disponibilidade de informações para os processos sociais pelos quais elas são selecionadas, traduzidas, legitimadas, ressignificadas e apropriadas em diálogo com a religiosidade, a memória territorial e os desafios socioambientais vivenciados localmente pelos mediadores.

Tem-se como objetivo geral analisar a mediação da informação na articulação entre saberes tradicionais e informações ambientais na comunidade do Maracanã, em São Luís, Maranhão, a partir das percepções de mediadores de uma oficina de coleta seletiva realizada no Terreiro de São Jorge Tumajamacê. Para tanto, considera-se a mediação como prática social, cultural e política, capaz de promover circulação, apropriação e protagonismo social (Almeida Júnior, 2015; Gomes, 2020). Interessa compreender como sujeitos comunitários atuam entre diferentes mundos informacionais, conectando referências técnico-ambientais, experiências locais, práticas religiosas e formas coletivas de defesa do território, situadas no cotidiano comunitário.

Trata-se de pesquisa básica, qualitativa, descritiva e exploratória. O recorte empírico corresponde a uma oficina de coleta seletiva realizada em 29 de março de 2025, no âmbito do projeto Mata Sagrada: cuidar de quem nos cuida, na comunidade do Maracanã. Participaram do estudo seis mediadores vinculados ao coletivo responsável pela ação. Os dados foram produzidos por observação participante, registros de campo, materiais de divulgação e questionário eletrônico, sendo analisados por frequências simples e análise de conteúdo a partir de Bardin (2016).

2 MEDIAÇÃO, CIRCULAÇÃO, APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL

A mediação entre saberes tradicionais e informações ambientais ultrapassa a simples disponibilização de suportes ou conteúdos, pois envolve interlocução, interpretação e construção compartilhada de sentidos. A informação é compreendida em sua dimensão social, considerando os modos como circula, é negociada, interpretada e legitimada pelas experiências, memórias e percepções socioculturais dos sujeitos. Esse processo favorece a apropriação da informação e fortalece o protagonismo social, ao possibilitar que indivíduos e coletivos compreendam criticamente sua realidade e atuem sobre ela (Almeida Júnior, 2015; Gomes, 2020; Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017), ampliando a participação comunitária em

práticas de sustentabilidade, na resolução de conflitos socioambientais e na preservação das territorialidades (Fonseca; Cavalcante; Zaninelli, 2022).

A mediação da informação pode ser entendida como ação de interferência, direta ou indireta, consciente ou inconsciente, singular ou plural, realizada por profissionais da informação na ambiência dos equipamentos informacionais. Trata-se de uma prática processual orientada à apropriação da informação, capaz de responder, ainda que parcialmente, a necessidades informacionais e provocar novos conflitos cognitivos. Essa mediação pode ocorrer de modo explícito, quando há interação direta entre profissional e usuário, ou implícito, quando se realiza nos bastidores da seleção, organização, armazenamento e tratamento documental. Em ambas as modalidades, há intencionalidade voltada à criação de condições para o acesso, uso e apropriação da informação pelos sujeitos (Almeida Júnior, 2009, 2015; Santos Neto; Almeida Júnior, 2017).

Para que contribua para a emancipação e o protagonismo social, a mediação precisa assumir caráter consciente e articular dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política (Gomes, 2020). A dimensão dialógica sustenta a escuta, a interlocução, a expressão e o reconhecimento dos sujeitos, garantindo espaços de voz e participação. A dimensão estética refere-se à criação de ambiências acolhedoras, marcadas por pertencimento, conforto e encontro sensível com a informação, favorecendo questionamentos e reconstruções de sentidos. A dimensão formativa emerge quando novas informações tensionam saberes prévios, estimulando reflexão, problematização e transformação. A dimensão ética orienta a postura do mediador, exigindo cuidado, responsabilidade, abertura ao outro e compromisso com práticas inclusivas.

A dimensão política manifesta-se quando a mediação possibilita que os sujeitos se reconheçam como agentes sociais, capazes de exercer a crítica, participar de debates coletivos e atuar na transformação da realidade. Essas dimensões não operam de forma isolada ou linear, mas integrada. Essa articulação favorece a apropriação da informação, a consciência crítica e o protagonismo social, situando a mediação como fundamento da Ciência da Informação comprometido com inclusão, justiça social e democratização do acesso, uso e apropriação da informação (Gomes, 2020).

A distinção entre mediação explícita e mediação implícita está relacionada, sobretudo, à forma como o sujeito participa do processo. A mediação explícita ocorre em situações nas

quais há interação direta entre o profissional da informação e o usuário, sendo mais evidente nas atividades-fim dos equipamentos informacionais, como o serviço de referência, a orientação e o atendimento ao público (Almeida Júnior, 2009).

Já a mediação implícita acontece nos bastidores desses espaços, em ações realizadas sem a presença física ou imediata do usuário, mas que também interferem nas condições de acesso, organização e uso da informação (Santos Neto; Almeida Júnior, 2017). Nesse caso, incluem-se atividades-meio como seleção, aquisição, armazenamento, organização e processamento técnico documental (Almeida Júnior, 2009). Apesar das diferenças entre essas modalidades, ambas envolvem uma ação intencional do profissional, orientada a favorecer a apropriação da informação pelos sujeitos (Almeida Júnior, 2015).

Ressalta-se, ainda, que toda mediação da informação é situada e não neutra, pois a imparcialidade não se concretiza plenamente no fazer informacional. A seleção de fontes, as linguagens utilizadas, os modos de apresentação e os espaços de circulação resultam de escolhas atravessadas por intencionalidades, valores, interesses sociais e ideologias (Almeida Júnior, 2009). Assim, a mediação configura-se como ação de interferência marcada por tensões e relações de poder (Santos Neto, 2019), exigindo atuação crítica e consciente sobre os efeitos de suas práticas na legitimação de discursos, na apropriação dos saberes e no protagonismo social (Gomes, 2020).

Em comunidades tradicionais ou rurais, a prática mediadora ultrapassa a figura do profissional formal. Lideranças locais, moradores antigos, professores, agentes culturais, representantes religiosos e cuidadoras do território também atuam como mediadores legítimos, por serem reconhecidos como articuladores de informações e saberes. Frequentemente, esses sujeitos mobilizam oralidade, memória e experiência territorial para fortalecer a circulação informacional e a organização comunitária (Fonseca; Cavalcante; Zaninelli, 2022). Portanto, qualquer sujeito que promova a articulação sociopolítica de saberes atua como mediador legítimo, sendo essencial para impulsionar a apropriação informacional e o protagonismo social dentro de seu território (Almeida Júnior, 2015; Gomes, 2020).

A mediação não se restringe aos suportes documentais e formais, materializando-se em múltiplos dispositivos e ambiências informacionais. Em contextos locais, ela ganha vida no cotidiano, por meio de reuniões comunitárias, rodas de conversa, terreiros, grupos digitais, práticas agrícolas e narrativas orais (Perrotti; Pieruccini, 2007).

Nesses contextos, a informação circula em redes sociais constituídas por parentesco, vizinhança, associação, trabalho, religiosidade e pertencimento territorial, fatores que influenciam a credibilidade atribuída às informações e aos mediadores (Marteleto, 2010). Ao reconhecer esses vínculos, a mediação favorece leitura crítica da realidade, tomada de decisão e ação coletiva. No Maracanã, esse protagonismo expressa-se na organização comunitária, nas denúncias de impactos e nas práticas de preservação ambiental.

3 INFORMAÇÃO AMBIENTAL, SABERES TRADICIONAIS E ARTICULAÇÃO DE CONHECIMENTOS NO TERRITÓRIO

A circulação da informação ambiental não se limita às legislações e aos documentos técnicos, pois também se insere nas experiências concretas e nas necessidades das populações que vivem e significam seus territórios (Tavares; Freire, 2003). Em comunidades marcadas por vínculos territoriais profundos, a apropriação desses saberes ocorre por meio de memórias coletivas, práticas socioculturais e relações cotidianas de manejo, cuidado e respeito à natureza (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018).

O acesso crítico à informação ambiental sobre impactos, políticas públicas e uso do território é o alicerce para a participação cidadã e a efetiva defesa de direitos pelas comunidades (Rammê, 2014). Contudo, essa apropriação emancipatória esbarra em severas barreiras estruturais. A linguagem tecnicista e impenetrável dos relatórios, a burocracia, a fragmentação dos dados e a baixa transparência configuram barreiras informacionais de ordem institucional. Aliadas à desigualdade digital e à ausência de tradução cultural, essas barreiras aprofundam o abismo entre órgãos públicos e as populações locais, limitando a compreensão dos processos que as afetam e inibindo seu protagonismo (Vasconcelos; Redigolo; Assunção, 2023).

A mediação da informação ambiental constitui uma prática fundamental que viabiliza a circulação, tradução, contextualização e ressignificação dos saberes relativos ao meio ambiente (Almeida Júnior, 2009). Essa ação emancipatória ocorre ativamente quando sujeitos comunitários, educadores e lideranças atuam como agentes de intervenção, conectando dados técnicos às vivências locais. Ao traduzirem normas para uma linguagem acessível, organizarem reuniões e mobilizarem saberes tradicionais, esses mediadores reduzem barreiras comunicacionais, permitindo que a comunidade compreenda os problemas de seu território e exerça o protagonismo social (Tavares; Freire, 2003).

Os saberes tradicionais constituem formas legítimas de conhecimento, forjadas historicamente na relação entre comunidade, natureza, memória e experiência coletiva, não devendo ser subjugados pela racionalidade técnico-científica, pois revelam modos próprios de interpretar o ambiente (Mignolo, 2003). No caso do Maracanã, essa articulação adquire contornos específicos porque o território é constituído por relações históricas entre natureza, memória, religiosidade, trabalho, festas e pertencimento comunitário. A Área de Proteção Ambiental do Maracanã, criada em 1991, reúne elementos de sociobiodiversidade marcados por rios, brejos, juçarais, buritizais, trilhas, quintais e áreas de uso comum, associados a práticas culturais enraizadas em matrizes africanas, indígenas e populares (Correia, 2025).

Nesse contexto, a natureza não aparece apenas como recurso físico ou paisagem, mas como referência material e simbólica que organiza formas de vida, sociabilidade, alimentação, renda, lazer, espiritualidade e memória coletiva. A juçara, por exemplo, não se limita a um produto extrativo, pois estrutura práticas econômicas, afetivas e culturais, expressas na Festa da Juçara, nos circuitos de comercialização local, nas narrativas dos moradores e nas formas comunitárias de uso do território (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018).

O território constitui, assim, uma ambiência informacional dinâmica, onde informações, memórias, práticas socioculturais e vínculos identitários são continuamente produzidos e atualizados. Sob essa perspectiva, os elementos integrados ao ambiente, tais como plantas, rios, caminhos, festas, casas, quintais e áreas de plantio, expandem sua dimensão física, operando como autênticas referências informacionais e memoriais (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018).

Destaca-se, portanto, o papel dos mediadores como sujeitos ativos que transitam entre diferentes mundos informacionais, articulando dimensões técnico-institucionais, comunitárias, tradicionais, políticas e ambientais. Esses atores não se limitam ao repasse de informações, pois interpretam, selecionam, traduzem, legitimam e ressignificam conteúdos a partir do diálogo com as experiências, necessidades e saberes da comunidade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo insere-se em uma pesquisa de natureza básica, voltada à ampliação da compreensão sobre a mediação da informação ambiental e sua articulação com saberes tradicionais. Quanto aos fins, caracteriza-se como descritivo e exploratório, pois analisa as percepções dos mediadores sobre sua prática e busca compreender como essa mediação se

configura em um contexto comunitário específico. Quanto à abordagem, trata-se de pesquisa qualitativa, por privilegiar significados, experiências, contextos e interpretações, em vez de generalizações estatísticas (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Como pano de fundo epistemológico, a pesquisa adota a ecologia de saberes, compreendida como uma perspectiva que reconhece a diversidade de formas de conhecimento e busca estabelecer relações de diálogo entre elas, sem reduzir os saberes não científicos à condição de conhecimento inferior. Nessa perspectiva, a análise considera de forma articulada as informações técnico-ambientais e os saberes tradicionais produzidos nas experiências, práticas, memórias e relações comunitárias, valorizando seus diferentes critérios de validade e sua contribuição para a compreensão do território (Santos, 2007, 2009).

O recorte empírico corresponde a uma oficina de coleta seletiva realizada em 29 de março de 2025, na comunidade do Maracanã, em São Luís (MA), no âmbito do projeto *Mata Sagrada: cuidar de quem nos cuida*, o qual é promovido pelo Coletivo Terreiro de São Jorge Tumajamacê. Localizado na comunidade Alegria–Maracanã, o Terreiro de São Jorge Tumajamacê é um espaço de tradição afro-brasileira fundado em 1999, com atuação voltada à fé, ancestralidade, acolhimento e fortalecimento comunitário. Suas iniciativas articulam religiosidade, memória, cultura popular, cuidado com a natureza, formação, solidariedade e valorização dos saberes tradicionais, fortalecendo vínculos, pertencimento e protagonismo dentro da própria comunidade e em articulação com outros grupos.

A atividade envolveu orientações sobre descarte correto de resíduos, exibição de conteúdos sobre reciclagem e mutirão para recolhimento de materiais descartados inadequadamente em vias públicas do bairro, delimitando a experiência social analisada. Participaram da pesquisa seis mediadores da oficina, todos moradores da comunidade e vinculados ao coletivo responsável pelo projeto. A seleção ocorreu de forma intencional, considerando sua liderança, atuação direta no planejamento, organização e execução da atividade, além de sua experiência em outras ações do grupo. Esse critério valorizou sujeitos com conhecimento situado sobre as práticas investigadas.

As percepções dos mediadores foram examinadas à luz das dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da mediação da informação propostas por Gomes (2020). Essas dimensões orientaram a identificação de aspectos relacionados ao diálogo e à participação, ao acolhimento e pertencimento, às aprendizagens e ressignificações, ao respeito

à alteridade e aos diferentes saberes, bem como à consciência crítica, participação e protagonismo social. Desse modo, constituíram referência analítica para interpretar as respostas dos mediadores e as evidências registradas durante a oficina.

A produção dos dados articulou observação participante, registros de campo, materiais de divulgação e questionário. A observação participante foi realizada em 29 de março de 2025, durante a oficina de coleta seletiva do projeto. O procedimento permitiu acompanhar diretamente a atuação dos mediadores, as interações com os participantes, as estratégias utilizadas, os recursos mobilizados e as formas de articulação entre informações ambientais e saberes tradicionais.

Durante a observação participante, foram produzidos registros de campo com anotações sobre o desenvolvimento da oficina, falas, interações, situações observadas, recursos utilizados e aspectos relacionados à participação dos sujeitos. Esses registros auxiliaram na contextualização das respostas obtidas pelo questionário e na identificação de evidências sobre as práticas de mediação desenvolvidas durante a atividade.

A pesquisa documental reuniu materiais produzidos no âmbito do projeto Mata Sagrada, incluindo peças de divulgação, registros fotográficos, vídeos, publicações em redes sociais e outros conteúdos relacionados às atividades desenvolvidas. O material foi examinado com o objetivo de complementar os registros de campo e identificar informações sobre planejamento, comunicação, práticas ambientais, saberes tradicionais e ações de mediação. Por fim, após a culminância do projeto, foi enviado aos mediadores um questionário misto, elaborado no *Microsoft Forms*, com 16 questões abertas e fechadas sobre planejamento, recursos mobilizados, integração entre saberes tradicionais e informações ambientais e efeitos percebidos da ação.

O tratamento do *corpus* envolveu leitura integral, verificação da consistência dos registros e organização em eixos analíticos relacionados ao problema e ao objetivo da pesquisa. As respostas fechadas foram sistematizadas por frequências simples, enquanto as abertas foram examinadas por análise de conteúdo (Bardin, 2016). A análise de conteúdo seguiu as três fases propostas por Bardin (2016). Na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante das respostas abertas, dos registros de campo e dos materiais documentais, seguida da organização do *corpus*. Como categorias a priori, adotaram-se as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e

política da mediação da informação, com base em Gomes (2020), utilizadas como referências teóricas para a leitura das percepções dos mediadores.

Na exploração do material, foram identificadas e codificadas unidades de sentido, posteriormente agrupadas por aproximação temática, das quais emergiram, a posteriori, as categorias mantidas na versão final do estudo: mediação situada e protagonismo dos mediadores comunitários; base diversa da informação: saberes tradicionais, materiais técnicos e diálogos comunitários; religiosidade, natureza e informação ambiental; recursos informacionais e estratégias de mediação; apropriação, reflexão e aprendizagem; desafios e limites da mediação; e desdobramentos esperados: continuidade, parcerias e mobilização territorial.

Na etapa de tratamento, inferência e interpretação, essas categorias foram relacionadas ao referencial teórico e confrontadas com os dados da observação participante, dos registros de campo e da pesquisa documental, permitindo interpretar as convergências, tensões e sentidos presentes nas percepções dos mediadores (Bardin, 2016).

5 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL E SABERES TRADICIONAIS NA COMUNIDADE DO MARACANÃ

A análise da mediação da informação deve considerar sua vinculação ao contexto sociocultural em que se materializa, pois, como ação de interferência, depende da vivência e do engajamento dos sujeitos mediadores para ser efetiva e legítima (Almeida Júnior, 2015). Evidencia-se a inserção comunitária e a participação local no planejamento da oficina ambiental, destacando pertencimento territorial e construção dialógica (Gomes, 2020).

Observa-se vínculo consolidado com o terreiro: quatro atuam há mais de seis anos, um entre um e três anos, e outro entre seis meses e um ano. Essa inserção confere legitimidade social à mediação, por partir de sujeitos enraizados em vínculos de sociabilidade e pertencimento territorial (Marteleto, 2010). Ao organizarem materiais, pesquisarem sobre reciclagem, promoverem roda de conversa e utilizarem vídeos/curtas, os mediadores exercem ação de interferência consciente (Almeida Júnior, 2015), adaptando informações ambientais à realidade local e favorecendo sua circulação, apropriação e protagonismo social (Gomes, 2020).

A efetividade desse processo depende do diálogo entre diferentes regimes de conhecimento, conforme a categoria “Base diversa da informação: saberes tradicionais,

materiais técnicos e diálogos comunitários". Nesse contexto, a informação técnico-científica não se sobrepõe à oralidade, à memória e à vivência territorial, mas compõe uma ecologia de saberes (Fonseca; Cavalcante; Zaninelli, 2022).

Cabe contextualizar que Santos (2009) formula a ecologia de saberes no âmbito do pensamento pós-abissal, como alternativa à lógica que atribui ao conhecimento científico uma posição exclusiva de validade. A proposta reconhece a incompletude das diferentes formas de conhecer e busca colocá-las em relação, sem desqualificar a ciência ou subordinar os saberes não científicos. Trata-se de promover a "interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos" (Santos, 2007, p. 87), possibilitando diálogos entre conhecimentos científicos, tradicionais e experiências socialmente produzidas. Nesse horizonte, o Quadro 1 evidencia a diversidade dos dispositivos de apropriação informacional.

Quadro 1 – Fontes e bases informacionais mobilizadas na oficina

Base informacional indicada	Representação analítica
Saberes tradicionais do terreiro	Centralidade dos conhecimentos religiosos e comunitários
Materiais técnicos	Apoio em informações formais sobre reciclagem e coleta seletiva
Conversas com lideranças	Validação comunitária e religiosa dos conteúdos
Portais de vídeo, como YouTube	Uso de fontes digitais acessíveis
Pesquisas em livros ou internet	Complementação por fontes documentais
Legislações ambientais e tradicionais e Trocas com projetos	Presença menos intensa da dimensão normativa/Aprendizagem por experiências externas

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Afirma-se que a oficina operou em dinâmica próxima à ecologia de saberes, ao articular fontes técnico-institucionais, conhecimentos tradicionais do terreiro, experiências comunitárias e racionalidades vinculadas ao cuidado com o território. Essa diversidade evidencia que a informação ambiental não se restringe a conteúdos técnicos, mas se configura como saber situado, ressignificado pelas práticas, memórias, relações territoriais e formas coletivas de interpretar, cuidar e defender o ambiente (Leff, 2001; Santos, 2007).

Ao integrar cartilhas, vídeos e legislações à religiosidade, à oralidade e ao diálogo local, a mediação da informação assumiu caráter de tradução intercultural. Nesse processo, os mediadores realizaram interferência consciente e dialógica (Almeida Júnior, 2015; Gomes, 2020), aproximando regimes informacionais distintos e favorecendo a apropriação da informação. Assim, o terreiro constitui-se uma ambiência informacional, na qual natureza, ancestralidade e sagrado orientam o cuidado, a defesa do território e o protagonismo comunitário, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Conexões entre religiosidade, natureza e informação ambiental

Unidade de sentido	Evidências nas respostas	Interpretação
Natureza como fundamento do sagrado	"Sem folha não existe Orixá"; "toda atividade religiosa precisa da natureza"	A preservação ambiental é associada à continuidade das práticas religiosas
Cuidado ambiental e ancestral	Separação de resíduos orgânicos para adubo; manutenção de plantas e ervas medicinais	O descarte correto é ressignificado como prática de cuidado com a ancestralidade
Espaços naturais como territórios sagrados	Referências a rios, matas, encruzilhadas e entidades	O território é compreendido como espaço material, simbólico e espiritual
Degradação ambiental como ameaça coletiva	Falta de saneamento, lixo e impactos nos espaços naturais	A questão ambiental se articulada à saúde, à vida comunitária e à permanência cultural

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Nesse contexto, a religiosidade de matriz africana orientou a interpretação da coleta seletiva ao relacionar natureza, saúde, ancestralidade e práticas rituais. Assim, a informação ambiental foi ressignificada pelo sagrado, estabelecendo diálogo entre saberes (Leff, 2001) e evidenciando o descarte adequado como prática de cuidado com os elementos naturais e com o território.

A adoção de múltiplas linguagens estruturou uma mediação multimodal, articulando recursos audiovisuais, oralidade, dinâmicas coletivas e materiais recicláveis (Almeida Júnior, 2009). Essa composição permitiu que a informação ambiental fosse vivenciada, e não apenas transmitida tecnicamente. A dimensão estética, expressa em cores, materiais e referências comunitárias, favoreceu envolvimento, reconhecimento e aproximação entre sujeitos, temática ambiental e território (Gomes, 2020). Entretanto, a motivação parcial de alguns participantes indica que a apropriação da informação é gradual, complexa e heterogênea. Embora a dimensão estética contribua para sensibilizar e mobilizar, não garante, isoladamente, participação plena. Para isso, a práxis mediadora exige articulação entre as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política (Gomes, 2020), considerando tensões entre saberes, leitura crítica dos problemas ambientais, respeito à alteridade e às epistemologias de matriz africana.

É nessa articulação que a mediação alcança sua dimensão política, ao favorecer consciência crítica, participação e protagonismo social. Assim, ações pontuais, embora relevantes, tornam-se insuficientes sem processos contínuos de formação e mobilização comunitária. A análise desloca-se, então, dos recursos utilizados na oficina para os efeitos percebidos na aprendizagem e na apropriação informacional. A percepção unânime dos mediadores sobre a presença dessas dimensões aproxima-se da mediação consciente proposta por Gomes (2020), mas, por se tratar de autoavaliação, deve ser interpretada com cautela e confrontada com as evidências qualitativas (Quadro 3).

Quadro 3 – Evidências qualitativas de aprendizagem e reflexão crítica

Unidade de sentido	Mediador	Exemplos de evidência
Inquietações e curiosidades	M1	Participantes demonstraram curiosidade e fizeram perguntas sobre os conteúdos
Conversas entre crianças	M2	Crianças comentavam entre si os assuntos abordados
Questionamentos sobre a comunidade	M3	Participantes relacionaram o tema à realidade local e à ausência do poder público
Reconhecimento de saberes e lacunas	M5	Participantes expuseram conhecimentos e desconhecimentos sobre hábitos sustentáveis
Reflexão sobre hábitos e impactos	M6	Separar lixo foi percebido como hábito ausente; impactos nos brejos e nas chuvas foram discutidos

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Evidencia-se que a apropriação da informação ambiental não se restringiu à assimilação de diretrizes técnicas sobre reciclagem, configurando-se como processo de produção de sentidos (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017). Ao relacionar os conteúdos trabalhados à realidade do Maracanã, especialmente aos impactos do descarte irregular nos brejos e à ausência do poder público, a informação foi ressignificada a partir das vivências socioculturais da comunidade (Almeida Júnior, 2015). A informação deixou de operar como dado externo e prescritivo, passando a fundamentar uma leitura reflexiva e situada dos problemas socioterritoriais locais (Borges; Almeida Júnior, 2022).

A práxis mediadora ultrapassou a orientação ambiental, atuando como estímulo à consciência coletiva. Ao articular hábitos cotidianos às tensões socioambientais do território, reafirma-se que a mediação não se limita ao acesso à informação, mas envolve apropriação, ressignificação e uso social em processos de participação e emancipação (Gomes, 2020; Perrotti; Pieruccini, 2007). A oficina articulou educação ambiental, pertencimento territorial e valorização cultural, embora o interesse pela preservação do patrimônio natural e cultural ainda esteja em consolidação. O diálogo entre natureza e cultura no Maracanã evidencia uma rede de sentidos em que juçarais, buritizais, plantas medicinais, memórias comunitárias e celebrações, como a Festa da Juçara, integram o patrimônio ambiental à identidade, à religiosidade e à economia locais (Shiraishi Neto; Lima; Alcobaça, 2018). As tensões decorrentes dos atritos, dos limites institucionais e dos obstáculos práticos vivenciados pelos mediadores durante a oficina estão sistematizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Desafios identificados pelos mediadores

Desafio	Evidência nas respostas	Implicação para a mediação
Mobilização da comunidade	Dificuldade de atrair adultos e ampliar participação	Necessidade de estratégias de divulgação mais próximas
Preconceito contra espaço de matriz africana	M3 menciona dificuldade de participação pelo preconceito	Barreiras religiosas afetam a circulação da informação
Descarte irregular como hábito culturalizado	M5 relata continuidade de maus hábitos após debates	A apropriação informacional não implica mudança imediata

Linguagem adequada à comunidade	M4 destaca desafio de construir dinâmicas compreensíveis	Importância da tradução cultural da informação
Falta de políticas públicas	M3 e M6 mencionam ausência institucional	Mediação comunitária enfrenta limites estruturais
Divulgação insuficiente	M5 e M6 sugerem comunicação corpo a corpo, nas escolas e porta a porta	Fortalecimento de redes locais de circulação informacional

Fonte: dados da pesquisa (2025).

A adoção de múltiplas linguagens estruturou uma mediação multimodal, articulando recursos audiovisuais, oralidade e práticas coletivas (Almeida Júnior, 2009). Essa composição possibilitou que a informação ambiental fosse experienciada pelos mediadores, e não apenas transmitida de modo técnico. A dimensão estética manifestou-se no uso de cores, dinâmicas, materiais recicláveis e referências comunitárias, favorecendo envolvimento, reconhecimento e aproximação entre sujeitos, temática ambiental e território (Gomes, 2020).

Contudo, a apropriação da informação constitui processo complexo, gradual e heterogêneo. Assim, embora sensibilize e mobilize, a dimensão estética não assegura, isoladamente, a participação plena da comunidade. Para que a informação seja efetivamente apropriada, a práxis mediadora exige a articulação das dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política (Gomes, 2020). A dimensão dialógica negocia tensões entre saberes, sem hierarquizar conhecimentos institucionais e comunitários. A formativa fortalece a leitura crítica dos desafios ambientais, enquanto a ética orienta o respeito à alteridade, às epistemologias de matriz africana e às formas locais de circulação e produção de saberes. É na articulação dessas dimensões que a mediação alcança sua dimensão política, favorecendo a participação, a consciência crítica e o protagonismo social.

Assim, ações pontuais, embora importantes, mostram-se insuficientes quando desvinculadas de processos contínuos de formação e mobilização comunitária. A consolidação do saber ecológico, nesse contexto, demanda estratégias informacionais permanentes, capazes de integrar múltiplas linguagens, diferentes racionalidades e práticas coletivas de cuidado e defesa do território. A mediação da informação não opera em campo neutro, pois constitui uma ação de interferência atravessada por ideologias, desigualdades, disputas simbólicas e limitações institucionais que condicionam a circulação e a apropriação da informação ambiental. Ainda que a oficina tenha sido avaliada positivamente, obstáculos como o preconceito religioso, a omissão do poder público, a ausência de infraestrutura adequada e a persistência do descarte irregular evidenciam que a transformação informacional e comportamental não ocorre de forma automática (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017).

A ação mediadora desencadeia reflexões importantes e favorece a sensibilização inicial, mas sua efetividade depende de continuidade, saneamento básico, coleta pública eficiente, confiança comunitária e participação ampliada. Portanto, a oficina deve ser compreendida como uma mobilização inicial relevante para o fortalecimento do protagonismo social, e não como solução isolada para problemas socioambientais estruturais do território (Gomes, 2020).

Embora limites socioculturais e institucionais condicionem a apropriação da informação ambiental, os dados indicam que a oficina despertou expectativas de continuidade e ampliação da ação coletiva. Para os mediadores, a atividade foi compreendida como marco inicial de mobilização comunitária, e não como ação pontual. Ao projetarem novas parcerias, práticas sustentáveis, recuperação de áreas degradadas, geração de renda e maior participação social, os sujeitos evidenciam que a mediação ultrapassa a aprendizagem técnica sobre reciclagem, favorecendo apropriação, organização e ação coletiva (Almeida Júnior, 2015; Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017).

Em síntese, os resultados evidenciam que a mediação da informação ambiental no Terreiro de São Jorge Tumajamacê ocorre de forma situada, dialógica e culturalmente referenciada, articulando informações técnico-científicas, saberes tradicionais, religiosidade, memória e experiências territoriais. Assim, a oficina analisada evidencia que a articulação entre informação ambiental e saberes tradicionais, mediada por sujeitos comunitários, pode fortalecer circuitos duradouros de ação sustentável, desde que apoiada por continuidade, parcerias institucionais, políticas públicas sensíveis ao território e engajamento coletivo permanente, capaz de sustentar práticas de cuidado, participação e defesa comunitária.

A oficina favoreceu processos de apropriação da informação, reflexão crítica e fortalecimento do protagonismo social, ao relacionar práticas ambientais aos problemas concretos da comunidade. Também se destacaram o terreiro como ambiência informacional e os mediadores como articuladores entre diferentes saberes, embora persistam limites ligados à participação, ao preconceito religioso e à ausência de políticas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso analisado, a mediação da informação ambiental configura-se como prática social, cultural e política de tradução entre saberes tradicionais, religiosidade, memória e demandas socioambientais do território. No Terreiro de São Jorge Tumajamacê, os mediadores não apenas transmitiram orientações sobre coleta seletiva, mas interpretaram, selecionaram e

ressignificaram informações ambientais em diálogo com a religiosidade de matriz africana, os vínculos territoriais e os problemas vividos pela comunidade do Maracanã.

Evidencia-se que a articulação entre saberes tradicionais e informações ambientais ocorre por práticas mediadoras situadas, atravessadas por dimensões simbólicas, culturais, políticas e territoriais. Essa articulação envolve o terreiro como ambiência informacional, os mediadores como tradutores culturais, os recursos multimodais como dispositivos de mediação e o território como referência de sentido. Contudo, identificam-se limites relacionados à baixa participação, ao preconceito religioso, à ausência de políticas públicas e à necessidade de continuidade.

A oficina produziu efeitos além da educação ambiental imediata, ao acionar memórias, vínculos afetivos e referências culturais do território. A coleta seletiva foi ressignificada como prática de cuidado com a natureza, o sagrado e a permanência comunitária, reforçando que a mediação situada favorece sentidos compartilhados, participação social e ação coletiva no cotidiano local. Como desdobramento, recomenda-se ampliar a investigação para outras ações, grupos comunitários e públicos atendidos, comparando percepções, acompanhando efeitos de longo prazo e mapeando redes de circulação da informação ambiental no Maracanã.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponivel em: DOI: https://doi.org/10.59289/n12v2k56. Acesso em: 13 jun. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ARAÚJO, Marcelo de Sousa. **A identidade em movimento**: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970). 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/24. Acesso em: 13 jun. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.

BORGES, Ellen Valotta Elias; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Apropriação: um pilar central da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, e-119843, out./dez. 2022. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.19132/1808-5245284.119843. Acesso em: 13 jun. 2026.

CORREIA, Fabiana Pereira. “Eu amo meu Maracanã!”: do amor ao lugar à gestão participativa de territórios protegidos. **Geograficidade**, Niterói, v. 15, n. 1, p. 120-133, verão 2025.

Disponível em: https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/66379 Acesso em: 13 jun. 2026.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; ZANINELLI, Thais Batista. O processo de mediação cultural e os saberes tradicionais: a biblioteca como espaço de preservação cultural dos povos indígenas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-20, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1802 Acesso em: 13 jun. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047. Acesso em: 13 jun. 2026.

LEFF, Enrique. Los derechos del ser colectivo y la reapropriación social de la naturaleza: a guisa de prólogo. *In*: LEFF, Enrique (coord.). **Justicia ambiental**: construción y defensa de los nuevos derechos ambientales, culturales y colectivos en América Latina. México: PNUMA, 2001. p. 7-34.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.59289/hj6c9q39. Acesso em: 13 jun. 2026.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96.

RAMMÊ, Rogério Santos. O desafio do acesso à justiça ambiental na consolidação de um Estado socioambiental. **Direito Público**, [*S.l.*], v. 11, n. 58, p. 201, jul./ago. 2014. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2563 Acesso em: 13 jun. 2026.

RODRIGUES, Willane da Silva; FARIAS FILHO, Marcelino Silva. Impactos socioambientais na Área de Proteção Ambiental da região do Maracanã, São Luís-MA. **Revista de Geografia**, Recife, v. 39, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.51359/2238-6211.2022.247165 Acesso em: 13 jun. 2026.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 617 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-71.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007. Disponível em: https://journals.openedition.org/rccs/753 Acesso em: 13 jun. 2026.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 253-263, maio/ago. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/29249. Acesso em: 13 jun. 2026.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A concepção de apropriação da informação nos periódicos da área "Comunicação e Informação" e Anais do ENANCIB. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...] Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/105333. Acesso em: 13 jun. 2026.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. 2019. 460 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2019.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; SANTOS, Protásio Cezar dos. Área de Proteção Ambiental do Maracanã em São Luís (Maranhão, Brasil): aspectos socioambientais e o desenvolvimento local na atividade turística. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 71-90, abr. 2011. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.5380/tes.v4i1.21383 Acesso em: 13 jun. 2026.

SHIRAISHI NETO, Joaquim; LIMA, Rosirene Martins; ALCOBAÇA, Luzinele Everton de. Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, p. 99-115, jan./abr. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5479 Aceeso em: 13 jun. 2026.

TAVARES, Carla; FREIRE, Isa Maria. Informação ambiental no Brasil: para quê e para quem. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [*S.l*], v. 8, n. 2, p. 208-215, jul./dez. 2003. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23479. Acesso em: 13 jun. 2026.

VASCONCELOS, Stela Andrade; REDIGOLO, Franciele Marques; ASSUNÇÃO, Suelene Santana. Informação ambiental, sustentabilidade e Agenda 2030 em periódicos eletrônicos de Ciência da Informação: análise bibliométrica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 178-199, maio/ago. 2023. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.2236-417X.2023v13n2.63277.